

JOSÉ NÊUMANNE

ESTADO DE SÃO PAULO

Verdades sobre o Senado

Já na tribo, a experiência dava aos anciões a atribuição de conselheiros da comunidade. Não é à toa que se diz ser o diabo sábio não pela inteligência, mas, sim, pela longevidade. Na Roma dos Césares, o Senado era a instituição usada para aconselhar os cidadãos e corrigir os rumos da

República e do Império. A palavra que dá nome à instituição vem de *senior*, que significa mais velho. Na virada do Império para a República no Rio de Janeiro do século passado, o "Velho Senado" manteve esse charme, como registrou o mestre da língua Machado de Assis numa de suas crônicas mais lidas.

O Senado de nossa pouco serena República contemporânea, contudo, está longe de reunir "varões de Plutarco", expressão vernácula com a qual se pretende definir o coletivo de pessoas idosas, respeitáveis e sábias, capazes de cumprir a missão fundamental de revisar as leis e garantir os interesses dos Estados federados, atribuição que foi acrescentada à instituição pelos Pais Fundadores da longeva democracia norte-americana. Nossos senadores não são mais tão velhos nem tão sábios. Mas não são, sobretudo, mais probos.



Para moralizar o Congresso urge acabar com Sudam, Sudene e voto secreto

corrido a um estratagema indigno de um "varão de Plutarco", qual seja o de passar propriedades para o nome da segunda mulher com o objetivo precípua de prejudicar a primeira. Esse pode até ser um truque rastaquera e rotineiro, nestes nossos tempos de costumes "flexíveis", mas certamente não qualifica ninguém para o exercício de um mandato de representação popular. Ainda assim, esse pecadilho é insignificante, se comparado com a evidência de que Sua Exceléncia era sócio na tal propriedade de um empresário que, por fraudes em projetos aprovados pela Sudam, foi privado de liberdade pela Polícia Federal.

Numa demonstração de não ser a ética o conceito mais apreciado pelo primeiro executivo do Poder Legislativo de uma democracia que se pretende de Primeiro Mundo, por conta das maqui-

nhas de votar, ele disse não ser vidente. Ou seja, não se julga capaz de perceber se o próprio sócio é um cidadão honesto ou não passa de um gatuno. Nem vidente nem previdente. Pois o tal sócio do senador furtou dinheiro do povo pela via larga de incentivos fiscais generosamente filtrados por burocratas indicados pelo mesmo chefão político regional. Acrescenta-se aos peculiares conceitos morais do presidente do Congresso a convicção de não ser responsável pelos ladrões que houver indicado para ocupar cargos na administração pública pelo simples fato de fazer vista grossa para os ladrões que seus desafetos no Senado indicam para outras autarquias, como é o caso da Sudene, da área de influência de seu arquiinimigo Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Este se meteu na enrascada da quebra do sigilo do painel eletrônico da Casa na votação secreta da cassação do mandato do ex-coleguinha Luiz Estevão. E se complicou de forma tal que está fazendo com que sumam do noticiário e do interesse da opinião pública as evidências que se acumulam de que Jader não é o melhor exemplo de conduta pessoal que o Senado possa oferecer à Nação.

Mesmo ainda sob o impacto do depoimento sereno, firme e veraz da ex-diretora do Prodases, Regina Célia Peres Borges, cujo erro foi cumprir a ordem suja do então presidente do Senado, Anto-

nio Carlos Magalhães, e do líder do governo, José Roberto Arruda (PSDB-DF), que reconheceu sua participação na tribuna do Senado, anteontem, urge repensar episódio inteiro com a serenidade, a firmeza e o amor à verdade demonstrados pela depoente.

Para tanto não é possível omitir verdades de relevância fundamental, soterradas sob o alarido do escândalo. A primeira é que, enquanto sobreviver o sistema de subsídios privilegiados para promover desenvolvimento regional, as regiões pobres contempladas empobrecerão mais e os saldos bancários dos chefões partidários locais engordarão. Então, para acabar com a corrupção na Sudam e na Sudene é preciso acabar com a Sudam e com a Sudene e também com os fundos que as mantêm, o Finame e o Finor: o privilégio é a via mais curta para o furto.

Outro privilégio absurdo é o sigilo das votações para cassar mandatos de parlamentares que firam o decoro de sua condição de representantes da cidadania, como lembrou Arruda em sua confissão. Se Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda quebraram a regra do sigilo, não merecem continuar exercendo o mandato. Mas também é preciso acabar com esse sistema que esconde do representado como vota seu representante.

■ José Nêumanne, jornalista e escritor, é editorialista do Jornal da Tarde